



Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmiento

O PROBLEMA DOS COMANDOS NA GUERRA DA RESTAURAÇÃO.

PIMENTA, Belisário

Ano: 1940 | Número: 50a

Como citar este documento:

PIMENTA, Belisário, O Problema dos comandos na guerra da restauração. *Revista de Guimarães*, Volume especial comemorativo dos Centenários da Fundação e da Restauração de Portugal, 1940, p. 237-254.

Casa de Sarmiento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmiento, 51
4800-432 Guimarães
E-mail: geral@csarmiento.uminho.pt
URL: www.csarmiento.uminho.pt



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

O : P R O B L E M A : D O S COMANDOS : N A : GUERRA D A : RESTAURAÇÃO

PELO CORONEL BELISÁRIO PIMENTA
DO INSTITUTO DE COIMBRA

«... tum demum periculo atque negotiis
compertum est, in bello plurimum ingenium
posse».

C. C. Sallustii: *Bellum Catilinarium*



MA das graves preocupações que tiveram os dirigentes do Estado português saído da Revolução de 1640, foi, certamente, a da defesa do País.

O governo central de Madrid tivera o cuidado de, a pouco e pouco, fazer desaparecer todos os meios de resistência; a fronteira terrestre foi abandonada, as tropas levantadas iam combater para fora de Portugal, os homens com capacidade de comando estavam espalhados pelos vários territórios da monarquia espanhola e em condições subalternas; só a fronteira marítima tinha excelentes fortificações, porque ela era, evidentemente, a fronteira ocidental do território

peninsular. Isto é por de-mais conhecido; como são conhecidas as providências tomadas, logo de começo, entre as quais avultou, como estação coordenadora e directora, o Conselho de Guerra, criado ainda debaixo da emoção dos primeiros dias de triunfo ⁽¹⁾ — pois, como dizia sessenta e tal anos antes algum conselheiro avisado, «não é lícito a rei cristão deixar as cousas em potencia de milagre nem Deus é servido que isso se faça...» ⁽²⁾.

Apesar disto, e da boa vontade dos responsáveis, a guerra não pôde tomar feição terminante, não só porque de cá não havia capacidade ofensiva, como também

(1) Criado por Decreto de 11 de Dezembro.

(2) *Memorial* de autor desconhecido (D. Jerónimo Osório? Pedro de Alcáçova Carneiro?) dirigido a D. Sebastião, no código ms. n.º 166, da Biblioteca da Universidade de Coimbra, a fls. 50.

REVISTA DE GUIMARÃES

porque, do lado espanhol, as circunstâncias não davam para intensificação de campanha que levasse ao êxito desejado. Várias vezes, opiniões apareciam que preconizavam acção violenta, em especial em frente à zona alentejana mais propícia, aproveitando ocasiões em que a Espanha se via a braços com quaisquer dificuldades. Mas a reflexão prudente vinha contrapor argumentos de certa força e a guerra assim se foi arrastando, ano sobre ano, com prejuízos dum lado e de outro, apenas com os lampejos de Montijo e de Telená, mas sem se chegar a ponto de se ver a decisão.

Ao mesmo tempo, a desarmonia entre os chefes portugueses, questões pequenas de vaidade e preocupações de prestígio, faziam com que a direcção da campanha sofresse de intermitências e muitas vezes de maus resultados consequentes a erros, embora derivados, desculpa o panegirista «de pouca notícia da guerra e não de malícia alguma» ⁽¹⁾. E nem sempre a vontade real, quantas vezes hesitante entre os seus maiores apoios, conseguiu dominar essa desunião, mesmo em circunstâncias graves, característica de que é vulgar acusar os Portugueses.

E assim, a guerra se arrastou, indecisa, ao longo dos dezasseis anos da vida do monarca, sem que de cá ou de lá da fronteira se conseguissem resultados de valor; e a morte de D. João IV veio agravar a situação interna, mercê do problema deixado à sucessão e da natural fraqueza da regência.

As rivalidades surgiram com mais força; vieram os partidos que, muito naturalmente, exacerbaram as divergências até então latentes; e a Rainha, embora de ânimo varonil e sinceramente dedicada à causa nacional, nem sempre se manteve fora das facções e muitas vezes desprezou com sobranceira as normas oficiais regulares, com desprestígio para as instituições em que teria de se apoiar constantemente.

Nas camadas dirigentes entrara-se em «mar tempestuoso» e «cheio de perigosos baixos» ⁽²⁾ que tudo desorganizava — dando a impressão, ainda hoje, da incapacidade dos chefes militares que na fronteira se opunham aos exércitos espanhóis, incapacidade aliás mais ou menos insinuada pelos contemporâneos e mantida, a meu ver, com exagero até agora, ao mesmo tempo que se exalta, contrariamente, o esforço empreendido e levado, enfim, a bom termo.

E desse «mar tempestuoso» é que veio, com certeza, a necessidade de se apelar para pessoa estranha que superlamente dirigisse os exércitos e levasse a guerra, a valer, até o final desejado; vaga necessidade que entrou nos espíritos, talvez mais pela impotência de submeter os caracteres aos altos interesses do País, do que pela real e concreta incapacidade dirigente. Isto é: nas figuras predominantes, sentia-se a impossibilidade dum comando único português ou, pelo menos, a dificuldade da obe-

⁽¹⁾ D. Luís de Meneses: *Portugal Restaurado*, Liv. I, Parte II, pág. 53 (da 1.ª ed.). O próprio D. Francisco Manuel de Melo classifica essa «pouca notícia» mais cruamente de «Indestrezza» no seu *Tacito Português* inédito, Liv.º VI. Esta citação é da cópia incompleta do Ms. n.º 524 da Biblioteca da Universidade.

⁽²⁾ *Portugal Restaurado*, Liv. I, parte II, pág. 53.

OS COMANDOS NA RESTAURAÇÃO

diência, discreta que fôsse, a qualquer entidade nacional, embora com qualidades para isso.

De modo que, naquele desencontrado ambiente de vontades, apelou-se para os ensinamentos estranhos; não havia segurança no próprio saber, como se os chefes quisessem justificar o subtil asserto de D. Francisco Manuel (cuja significação talvez não fôsse ainda interpretada) acêrca dos seus vastos mas mal aplicados conhecimentos militares ⁽¹⁾; e apesar de nos faltarem, realmente, certos elementos de direcção, os comandos concordaram, em geral, em que não havia, entre êles, cabeça para se sobrepor aos outros, com amplitude de visão e prestígio de cultura que o merecesse ⁽²⁾.

E quando um dos melhores, mais categorizados e mais independente dos chefes, como era o Conde de Soure, afirmou oficialmente que entre os seus pares havia «pouco uso» da guerra e a vinda de um ou mais estranhos era necessária para «podermos obrar cõ acerto» ⁽³⁾ fica-se a pensar se não haveria, em tôda esta renúncia, a confissão do cansaço de dezasseis anos quási inúteis de luta, cansaço que arrastaria consigo a dúvida no êxito final e ainda o vago desejo de alijamento de pesadas responsabilidades perante o País e, possivelmente, perante a própria consciência.

Desde a Revolução restauradora, nada houvera de forte, de incisivo, que estimulasse e impusesse e não deixasse infiltrar de novo, subtilmente, os restos da «apagada e vil tristeza». Tudo passara comiesinhamente e «no corpo enfêrmo da Republica, (sentencia o Conde da Ericeira), havia partes corrompidas que o dilaceravam» ⁽⁴⁾. De modo que assim se formaria o ambiente propício ao reconhecimento de que, sem auxílio estranho, os portugueses não conseguiriam vencer os espanhóis — triste resultado da desordem e confusão a que chegara o govêrno do País, embora os dez anos anteriores, de relativa paz, dessem ensejo a certos actos de organização militar e a certa acumulação de meios defensivos.

Havia, pois, que chamar quem fôsse capaz de dirilgir a acção futura e fizesse terminar vitoriosamente a campanha que ameaçava prolongar-se indefinidamente — não

(1) «Nossos passados... não sabemos que na guerra se governassem por regras científicas como os Romanos e ainda os Gregos... Entendo que a causa desta nossa antiga omissão... seria por ventura, porque guerreando nós tantos centenários de anos com nações diversas, que nos vierão a invadir a pátria, não acertamos o coligir de todos um modo certo de guerra, por serem varios aqueles de quem éramos oprimidos, nem nós atrevemos a receber a disciplina militar de uma só gente, porque logo se experimentava inutil para com a outra» (*Epanafora Tragica* II, pág. 139, ed. de Coimbra, 1931).

(2) Esta ideia já vinha, aliás, dos começos da guerra, conforme se vê por documento recentemente publicado pelo Sr. Ângelo Pereira in *Ocidente*, vol. VIII (*O Exército da Restauração*, de que houve separata). Em Março de 1642 o próprio D. João IV recomenda ao seu embaixador Conde da Vidigueira que contrate em França um Capitão-general, atendendo a que, em Portugal, os não há «de presente com a experiencia e noticias dela (guerra) que se requerem», e recomenda que a principal qualidade que devê ter êsse indivíduo «a primeira e maior de todas, a de catolico romano».

(3) Parecer datado de Elvas, a 29 de Dezembro de 1656 (In Arquivo Nacional da Torre do Tombo: *Conselho de Guerra, Consultas de Janeiro* de 1657, maço 17).

(4) *Portugal Restaurado*, Liv. I, parte II, pág. 15.

aproveitando merecimentos reais que se ofereciam (como era vulgar na época) mas chamando e contratando alguém para mandar.



Ora desta época, existem nos Mss. da Biblioteca da Universidade de Coimbra dois *papéis* que há muito me intrigavam por certa dificuldade de identificação. Respeitam a esta crise de 1657 para 1658 e ao problema agudo dos comandos dos exércitos.

Um (o primeiro pela ordem cronológica) é atribuído ao Conde do Sabugal, D. João Mascarenhas, talvez mais conhecido por possuir um cavalo que mereceu as honras de soneto a poetas da época ⁽¹⁾ do que pelo interesse que lhe mereceram os conhecimentos militares em que foi apreciável tratadista ⁽²⁾ e da acção que desenvolveu nesta época difícil.

Foi o Conde homem de acção, viajou, conheceu a guerra pelo seu lado violento nas campanhas dos exércitos espanhóis, lidou com chefes de nomeada, e de toda esta variedade de perspectivas e ainda do seu carácter independente, soube tirar ensinamentos e bases para certa agudeza de critério. As suas leituras deram-lhe largos conhecimentos que influíram na maneira de expor e de escrever; e assim o *papel* tem interesse pelo assunto e pela forma.

Conheço-lhe duas cópias: uma, no Ms. n. 601 ⁽³⁾ com a seguinte epígrafe: «*Papel que o Conde de Sabugal D. João de Mascarenhas deu á Rainha D. Luiza sobre o S.^r Infante D. Pedro Governar as Armas*» emendada depois, com outra letra e outra tinta, para: «*Discurso Politico Militar que o Conde de Sabugal D. João Mascarenhas ofereceu á Rainha D. Luiza sobre o serenissimo S.^r Infante D. Pedro governar as Armas como generalissimo*».

⁽¹⁾ Um anónimo: «*Ao Cavalo do Conde de Sabugal que fazia grandes curvetas*», e Diogo de Monroy e Vasconcelos (?): «*A hum cavallo do Conde de Sabugal*», ambos recolhidos na *Fenix Renascida*, respectivamente no vol. V, pág. 132 e vol. IV, pág. 347 (ed. de 1746). O primeiro mereceu a transcrição pelo ilustre Prof. Dr. Hernâni Cidade no opúsculo *A Poesia Lirica cultista e conceptista* (Lisboa, 1938) como exemplo de jôgo das imagens na poesia cultista.

⁽²⁾ Traduziu, anotou e comentou o «*Manejo e governo da Cavalaria*» do italiano Galeão Gualdo Priorato, publicado em Lisboa em 1707 por Miguel Menescal sem nome do tradutor. Conheço uma cópia desta obra no Códice ms. n.º 204 da Biblioteca da Universidade: *Manejo da cavallaria escrito Pello Conde Galeacogvaldo Priorato — Com annotações de Dom João Mascarenhas Conde do Sabugal do Cons.^o de Guerra de El-Rey D. Affonso 6.^o*. (Vide meu *Catalogo e Sumário dos documentos de caracter militar existentes nos Mss. de Biblioteca da Universidade de Coimbra*, publicado no *Boletim do Arquivo Historico Militar*, vol. IV, pág. 235). Nas notas e comentários revela o Conde cultura militar e apreciável critério, além de certa elegância na maneira de escrever.

⁽³⁾ A fis. 58.

OS COMANDOS NA RESTAURAÇÃO

A outra cópia está, com certas variantes, no Ms. n. 602 ⁽¹⁾ e tem por epígrafe: *«Treslado do parecer que deu o Conde de Sabugal por papel, sobre se fazer general do Alentejo para o socorro e para sempre»*.

Qualquer das cópias é feita com letra dos fins do século XVII com mais ou menos regularidade e razoável disposição, em papel de linho vulgar.

O Conde parece não ser partidário da vinda de «cabos estrangeiros»; e com razões que não deixam de ter certa inteligência, mas talvez pouca consistência, entende que é aos Príncipes que compete a direcção suprema da campanha, assistidos por um Conselho de experimentados chefes que seria verdadeiramente a cabeça directora. É esta, na sua linha geral, a intenção do ilustre general de Cavalaria, exposta com elegância e franqueza à Rainha regente, afirmando assim as virtudes que os seus contemporâneos lhe atribuíram.

Opõe-se, por consequência, àqueles que não viam nos chefes portugueses capacidade para mandar; mas observa judiciosamente que a escolha dos chefes deve ser feita com a maior cautela e muita antecedência e não «quando a necessidade nos afoga». E como deseja conciliar os interesses nacionais com a conveniência de não recorrer a estrangeiros, alvitra solução com que todos «se satisfaçam e nenhum por interesse se desobrigue».

Era ela a nomeação do Infante D. Pedro, então ainda com nove para dez anos, Generalíssimo do exército, assistido dum Conselho; assim terminariam as veleidades e vaidades de mando, porque as ordens eram dadas em nome do Príncipe e só havia, portanto, que obedecer; além disso evitava-se a dificuldade da escolha onde havia «pouco em que escolher» e se evitava ainda o mostrar ao Mundo que não havia vassallos capazes de dirigirem a empresa a que se lançaram, como, por esta forma, se mostrava ao Povo que não se poupavam os Príncipes quando a Nação necessitava dos seus serviços.

¿Que razões levaram o Conde a apresentar este parecer ou exposição? Que consequências teria o alvitre?

No arquivo do Conselho de Guerra não encontrei rasto deste documento que julgo ser dos começos do ano de 1657, nem mesmo referência ao assunto central ⁽²⁾.

Não estaria em graça o seu autor e daí ser pôsto, oficialmente, de lado o seu conselho — que embora não fôsse perfeito, não deixava de ser dado com inteligência e possível sinceridade.

(1) A fls. 297.

(2) Consultas do Conselho de Guerra, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. É certo que faltam, no Maço n.º 17, respeitante ao ano de 1657, as consultas de Maio, Junho e Julho, onde o assunto, com muita probabilidade, poderia ser tratado. Os nossos arquivos têm destas lacunas muito para lastimar e hoje irremediáveis. Na *História do Exército Português*, de Cristovam Aires, no vol. IV das *Provas*, a propósito da vida militar de Joane Mendes de Vasconcelos, há ligeiras referências à intervenção do Conde, mas sem qualquer indicação documental precisa que identifique a sua acção em tão melindroso assunto.

É provável que assim acontecesse — e outras influências tivessem mais forças para se imporem.

O papel é este:

•Snra.

•Sem que nos cencêmos muito devemos ter entendido que o particular de cada um deve de ser a conservação de todos; e como para esta é a guerra o remédio, na disposição dela consiste a nossa conservação. Que até agora tenha sido maior o amor de cada um que o bem de todos, trabalhosa cousa ⁽¹⁾ era de sofrer; mas que hoje á custa de tanto desengano não seja maior o bem de todos que o amor de cada um será difícil de tolerar.

•As eleições militares destes anos se satisfizeram particulares, não nos adquiriram tributos, antes a nós nos fizeram tributarios ⁽²⁾. Suposto isto, razão será que se não olhe a emenda com os olhos, que ⁽³⁾ se executava a ruina: Dispa-se cada qual do que se afeiçoou, que logo se vestirá o serviço do que necessita; não se eleijam os homens quando a necessidade nos afoga, eleijam-se quando ela nos não obriga e como a V Mg.^{de} lhe não convenha por ora servir-se de cabos estrangeiros, dos ⁽⁴⁾ vassalos que tem se deve servir V Mg.^{de}. E ainda assim havendo pouco em que ⁽⁵⁾ escolher, sou de parecer ⁽⁶⁾ que se gaste o tempo em escolher no pouco porque de não o haver feito, nasce o muito que se tem sentido; e não é credito de um Rei que comece a mostrar ao Mundo ⁽⁷⁾ que não tem vassalos com que se conserve sendo pelo contrario que tem muitos com que se perpetue ⁽⁸⁾; e para que assim seja, e a V Mg.^{de} lhe não seja muito dificultoso encaminhar mudança tão percisa ⁽⁹⁾, me pareceu cuidar em um meio, que todos por razão se satisfaçam e nenhum por interesse ⁽¹⁰⁾ se desobrigue. Esta Senhora é o Sr. Infante Dom Pedro em quem Sua Mg.^{de} deve considerar o mesmo prestimo que o S.^{or} Rei D. João conciderou no Principe seu filho, e se então não sendo tão grande a necessidade foi este o remedio, hoje que ela é tamanha porque não ha de ser este? Devâmos a V Mg.^{de} no maior aperto, o que devemos a El Rei que Deus tem, e quando o não tenhamos vejamos os povos que se

(1) Variante: «trabalhoso era de...» (Ms. n.º 601). As variantes aqui mencionadas são as mais importantes e salientes. Mencioná-las tôdas, na maior parte simples lapsos de cópia, sobre-carregaria muito o trabalho e não teria, a meu ver, qualquer interesse.

(2) Var.: «tributos, ha muitos anos nos fizeram tributarios». (Ms. n.º 602).

(3) Deveria talvez ser «com que».

(4) Var.: «de» (Ms. n.º 602).

(5) Var.: «pouco que escolher» (Idem).

(6) Var.: «de opinião» (Idem).

(7) Var.: «nem lhe convem mostrar ao Mundo» (Ms. n.º 602).

(8) Var.: «vassalos com que acabe, quando tem muitos com que se perpetue». (Ms. n.º 601).

(9) Var.: «mudança que será percisa» (Ms. n.º 602).

(10) Var.: «desinteresse» (Ms. n.º 601).

OS COMANDOS NA RESTAURAÇÃO

não poupam os Príncipes; que logo verão os Príncipes como se desentranham os povos; e a estes de que Vossas Mg.^{des} são Reis bem se lhes pode dar outra vês o que tiveram tantas vêses, e para que V Mg.^{de} fique sem cuidado e o governo militar se continue cuidadoso havêmos de assistir e acompanhar a sua Alteza, o Conde de Castelo Melhor, o Conde de São Lourenço, o Conde de Soure, o Conde de Sabugal, ficando nòs cargos militares as mesmas pessoas que hoje os servem, porque só assim não terão eles queixas do que tem servido, nem V.^s Mg.^{des} as poderão ter de como ao deante se servirão.

«Com esta resolução atalha VMg.^{de} o que sem ela é muito dificultoso de atalhar, porque cada um de nós cuidando no seu merecimento, não deixa lugar ⁽¹⁾ a V Mg.^{de} para acomodar o seu serviço. E sendo o S.^{or} Infante generalissimo de seu Irmão ⁽²⁾ cessam as nossas presunções, e continua-se a defesa de que tanto este Reino necessita. Cria-se finalmente o S.^{or} Infante de tam poucos anos no mesmo que haverá ⁽³⁾ de exercitar tendo muitos ⁽⁴⁾; e em muito breve poderá ser que lhe devâmos nós a ele, o que nestes princípios nos dever ⁽⁵⁾ ele a nós.

«Exemplos nos tem dado França pois de tão tenra idade não respeitaram os primogenitos o perigo; e El Rei Cristianissimo o experimenta hoje à custa de seus inimigos ⁽⁶⁾. Nem os segundos se repararmos mais atraz deixarão de crear-se neste estrondo e pelas armas conseguirão bem dilatados dominios.

«Finalmente, Senhora, nenhum exemplo ⁽⁷⁾ ha maior a obrigarmos que a nossa necessidade, e para ela nenhum remedio é melhor que o Senhor Infante.
fim.»

É fácil ver que o parecer foi dirigido à Rainha regente; e não será difícil calcular que o seria por motivo das preocupações então dominantes a respeito dos movimentos inimigos.

A Espanha procurava aproveitar as naturais hesitações dum govêrno novo, entregue à Rainha e assoberbado logo pelas divergências das camadas dirigentes ⁽⁸⁾; começou a concentrar tropas nas fronteiras, do que os Governadores das Armas iam dando conta; e assim, em Lisboa, se pensou em activar os preparativos militares para

(1) Var.: «cada um de nós cuida nos seus merecimentos, e não deixa lugar... (Ms. n.º 602).

(2) «de seu Irmão», palavras omitidas no Ms. n.º 602.

(3) Var.: «houvera» (Ms. n.º 602).

(4) Var.: «exercitar quando tenha muitos» (Idem).

(5) Var.: «deverá» (Idem).

(6) Var.: «como El Rei Cristianissimo o executa tanto à custa de seus inimigos». (Ms. n.º 602).

(7) Var.: «efeito é maior» (Ms. n.º 602).

(8) O Conselho de Guerra, em sua sessão de 24 de Novembro de 1656, a poucos dias, pois, da morte do Rei, tratou d'este assunto e o expôs à Rainha (*Consultas de novembro de 1656*, maço n.º 17).

REVISTA DE GUIMARÃES

na próxima primavera se «obrar alguma facção proporcional ao poder com que se acharem as armas» e obrigar os inimigos a diversões com que não contavam ⁽¹⁾.

Mas, como surgia a grave questão dos comandos, alvitrava-se oficialmente a vinda de gente estrangeira e é o próprio Conde de Soure, o valoroso e culto D. João da Costa, quem se faz porta-voz desse propósito, poderemos dizer pouco patriótico mas que, parece, as circunstâncias impunham, a avaliar pelo momento em que surge, de novo, a proposta e pela alta figura que a apresenta ⁽²⁾. E não só se limita à vinda de especializados em fortificações e sítios, se não a gente prática «na formatura dos exercitos» ou «no manejo da Cavallaria», confessando assim a incapacidade dos nossos para as novas práticas da guerra, embora, ao mesmo tempo, afirme que, para a nossa acção defensiva, o Rei se deve apoiar na «grande autorid.^e, applicação, e genio» que concorrem no Conde de Cantanhede ⁽³⁾. E justifica quasi no fim: «§ 20. O pouco uso q. avemos tido nos faz necessitar m.to de semelhâtes sojeitos p.^a podermos obrar cõ acerto...»

¿Seria contra esta corrente que o Conde do Sabugal queria opor outros processos, concedendo que não teríamos muito por onde escolher, mas dizendo que sempre havia gente capaz de alguma cousa e não era necessário recorrer ao estrangeiro? Colocando à frente do exército uma criança de nove anos, pretendia apenas impor a autoridade real sobre possíveis divergências ou veleidades de ambiciosos; dá claramente a entender na frase lida acima: «...cada um de nós cuidando no seu merecimento não deixa lugar a V. Mg.^{de} para acomodar o seu serviço». E rodeando o Príncipe de homens práticos e ilustres (entre os quais, note-se bem, se não vê citado o Conde de Cantanhede, tão elevado em merecimentos por D. João da Costa, nem Joane Mendes, ao tempo em grande favor) pretende que a direcção da guerra seja discutida e não entregue a uma só cabeça.

Não deixa de ter razões o ilustre General de Cavalaria; e quem sabe se, pelos habituais frequentadores do Paço e conhecedores das dificuldades, essa solução não viesse como a melhor e pusesse a isenção e liberdade do comando mais ao abrigo dos «perigosos baixos» de que nos fala o *Portugal Restaurado*. O autor do *papel*, porém, não se lembraria, apesar da sua cultura revelada nos escritos conhecidos, de que a discussão é sempre útil e o conselho sempre necessário (o que, aliás, já vem da Antiguidade dito e redito) mas também de que, em reunião de muitos, acontece, como sintetizou Clausewitz, muitas vezes dar-se razão àquele que a não tem ⁽⁴⁾.

O certo é que, neste passo incerto da Nação restaurada, reconhecia-se que era necessário «o testemunho publico das armas, de cujos progressos só poderá conseguir este Reyno a perpetuidade de V. Mg.^{de} e de sua monarquia» para o qual se devia

(1) Arquivo Nac. da Torre do Tombo: *Consultas de novembro e dezembro*, maço n.º 17.

(2) Parecer já citado supra. Foi apreciado em sessão do Conselho de 10 de Janeiro de 1657 (*Consultas de Janeiro de 1657*, maço n.º 17).

(3) Ibidem.

(4) Apud Coronel Camon: *Clausewitz* (Paris 1911).

OS COMANDOS NA RESTAURAÇÃO

aproveitar o «zelo e feruor com que se achão os vasalos» (1); mas, ao mesmo tempo, enquanto uns viam a necessidade de mandar vir gente estrangeira para dirigir qualquer «facção proporcional» que desse aos Portuguezes a vantagem da iniciativa na próxima campanha, outros entendiam que, com o pouco que havia dentro de fronteiras, se poderia levar a bom termo a empresa, atalhando o que «é muito dificultoso de atalhar» — eufemismo elegante com que o Conde do Sabugal encobre a nossa constante desarmonia e inveterada fadiga» (2).

O outro *papel* não tem autor conhecido, apesar de, numa das cópias, ter indicada, imprópriamente, autoria de alto coturno.

Conheço-lhe, nos Mss. conimbricenses, três cópias.

Uma, no n.º 102, tem por epígrafe: «*Carta Que se escreveu das partes de França por um fidalgo português, dando varios cons.ºs sobre o recuperar-se umas Praças no Alentejo.*» (3)

Outra, no códice n.º 602, vem encimada por estes dizeres: «*Carta de hum Francês a sua Mg.ª sobre o concelho q̃ selhe deu, ou não deu de virem cabos de fóra.*» (4)

A terceira cópia, a que mais dúvida deixa, tem como título: «*Parecer q̃ de França mandou a ElRey D. João o 4.º o P.º Ant.º Vieyra da Comp.ª de Jezus*» e vem incluída no Ms. n.º 230 (5) que tem na lombada, a dourado, as letras: «*Obras / de / Vieira*» e na folha de rosto, o título bem legível: «*Obras / Doveneravel P.º Antonio Vi/eyra da Comp.ª de Jesus / Anno de 1746 / Lx.ª*»

O *papel* é, na sua essência, réplica ao do Conde do Sabugal, deixando até transpirar já a luta política que mais tarde se avolumaria entre os partidários dos dois irmãos.

Não reprova que «se empenhe a autoridade real para remedio da conservação do reino» mas entende que o deve ser no todo e não em parte; em vez de o generalissimo ser o Infante, deve antes ser o próprio Rei, e assim não se dividirá a Corte em duas partes, uma ocupada na guerra, outra entretida a divertir-se em boa paz. E com argumentos que mais parecem de ironia forte do que sinceridade de conselho, chega a dizer que a situação é tal que «sem arriscar tudo não se póde segurar

(1) Arquivo Nacional da Torre do Tombo: *Conselho de Guerra: Consulta de 24 de novembro de 1656*, no maço 17.

(2) Não é necessário fazer grandes buscas para se comprovar o asserto. Ao acaso da memória, basta lembrar as impressões do Conde de Cominges, enviado por Mazarino, em 1657 [apud Edg. Prestage: *Fr. Domingos do Rosario. Diplomata e Politico* (1595-1662), Coimbra, 1926] e as do secretário de Richelieu, De Noyers, embora escritas com certo exagêro, recentemente reveladas pelo Sr. Dr. Rodrigues Cavalheiro (*Temas de História*, pag. 84-85). E dos nacionais: «... o defeito que os Portuguezes padecem na dificuldade da união...» (*Portugal Restaurado*, I vol. pag. 83). Etc. etc..

(3) A fls. 83 v.

(4) A fls. 295.

(5) A fls. 107-115.

nada...» (1). E com exemplos da época (Luís XIV e Carlos I de Inglaterra) e com os da História portuguesa que ensinam que os reis «que tiveram guerras pessoalmente assistiram nelas» incita o pobre D. Afonso VI a pôr-se à frente dos exércitos, combatendo pelo seu direito, com a certeza de que só pelas armas se havia de firmar no trono e com a decisão de se manter na campanha assistindo «de perto dando valor aos soldados» e não de fugida e de longe, como o infeliz irmão Teodósio «que saiu e voltou logo». E continuando com impiedosa ironia, lembra o caso de Gustavo Adolfo, rei guerreiro que conhecia os seus vassallos nas campanhas e não na corte como Felipe IV.

Passa depois, o autor, ao ponto dos «Cabos Estrangeiros». Aqui as mordacidades vão para o Conde do Sabugal cuja parcimónia de argumentos maliciosamente calcula ser «maxima dos juizos grandes». Vê-se que o autor está do *outro lado*; e pergunta claramente quais são os vassallos que tivessem dado provas de comando, em batalhas ou assédios e «adquirido nome» em qualquer acção militar que valha mencionar-se, quando afinal só se revelaram homens que se portaram apenas com valor de soldados.

E com certo azedume não completamente justificado, afirma que os Portugueses «faltos de experiencias militares, acham-se hoje melhores pilhantes que grandes soldados» pois as acções havidas com os Espanhóis só consistiram em pilhagens; e daqui vem a necessidade de homens experimentados estrangeiros que, com o Rei à frente, farão a guerra como deve ser e (lá vêm lisonja ou ironia forte) transformarão os exércitos portugueses em verdadeira Escola militar, que poderá retribuir depois para as outras nações os chefes de que necessita agora. Vem a seguir com exemplos de reis que se têm servido de generais estranhos, e assim justifica a necessidade de os chamar, pois o que falta para os nossos exércitos é a direcção, embora a escolha que se fizer deva ser cautelosa em relação ao «natural» do escolhido, isto é, seja pessoa que se adapte às necessidades dos nossos processos de guerra e aos meios convenientes da própria guerra fronteiriça.

E termina por, de novo, incitar Afonso VI a armar-se, a ir para a fronteira e a arrastar com seu exemplo os vassallos e (outra mordacidade?) os próprios Conselheiros de Guerra que então «serão também soldados...» e até os grandes do Reino pois (mais ironia) «quem se soube fazer lugar com o juizo, saiba fazer-se lugar com o valor».

E assim, o autor desconhecido, ora jogando a ironia, ora a mordacidade, censurando aqui, lisonjeando além, lança sobre o Conde do Sabugal algumas acusações que se não identificarão muito bem, mas que denotam evidentemente má vontade; mostra-se partidário, às claras, da vinda de estrangeiros para funções de direcção de

(1) Opinião contrária à de Joane Mendes de Vasconcelos exposta em *Parecer* de 1645 (publicado por Cristovam Aires na *História do Exército Português. Provas*, vol. IV, pág. 33 e seg.) e em 1657 em carta discutida no Conselho de Guerra (Torre do Tombo: *Consultas de Abril*, publicada na mesma obra, vol. cit. pág. 144 e seg.).

OS COMANDOS NA RESTAURAÇÃO

que julga os Portuguezes incapazes, embora essas funções fôsem oficialmente cobertas pela autoridade real no que, mais ou menos, concorda com o opositor, para evitar as diferenças ou desarmonias existentes; e termina por afirmar que está convencido de que todos cumprirão o seu dever, mas, ao mesmo tempo, de que nem todos aprovarão o seu conselho.

Segue o *papel*:

«Snor.

«A estas partes de França aonde assisto ha muitos tempos com a nova do sitio de Badajoz me chegou um papel em que o Conde do Sabugal dissuadia a V Mg.^e do empenho daquela facção: bem mostrou a Fortuna com infeliz successo quanto então o Conde advertiu com atinado conselho ⁽¹⁾. Tambem agora me chegou outro papel em que o proprio Conde adverte a V Mg.^{de} o que deve obrar para que havendo melhor direcção nas Armas se possam esperar na guerra melhores successos. Comunicado por mim este papel, occasionou discursos que por serem de sujeitos grandes, assim por acções militares, como por manejos politicos me pareceu observa-los; e pondo mais algumas razões da minha parte escrevo este papel que ofereço aos pés de V Mg.^{de} com aquele zelo e com aquela fé que todo o leal vassalo deve procurar ao serviço do seu Rei e aumento de sua Patria.

«A 2 pontos, Senhor, se reduz este papel do Conde: um que inculca e outro que reprova. Inculca que deve V Mg.^e fazer Generalissimo das Armas ao S.^r Infante D. Pedro, acompanhando-se dos Condes de Castelo Melhor, Soure, Sabugal e S. Lourenço. Reprova que sejam necessários Cabos Extrangeiros.

«A estes dois pontos (como digo) se reduz este papel do Conde. A estes dois pontos, por descenderem deles toda a causa do remedio que se procura se reduzirá tambem este meu papel ⁽²⁾. Não ha duvida que é necessario que se empenhe a autoridade Real para remedio da conservação do Reino. Porem não só ha de ser em parte, senão em todo; não só é necessario que se empenhe em parte na pessoa de S. A. senão em todo na pessoa de V. Mg.^e.

«Se o S.^r Infante é remedio para se obrar muito claro está que V. Mg.^e será remedio para se obrar muito mais, e hoje deve-se de obrar o maior remedio, pois não tem duvida que se padece o maior achaque.

«Sendo o S.^{or} Infante soldado, muitos homens o seguirão na guerra; mas

(1) Deve tratar-se do «largo e bem ponderado papel» em que o Conde, nos fins de 1657 ou começos de 1658, apresentou «eficazes razões que mostravam que, dando-se o caso q. os castelhanos não saíssem em campanha em a Provincia de Alentejo na Primavera futura, o despique mais certo dos maus successos passados, se devia intentar no Reino da Galiza pela Provincia de Entre Douro e Minho» (*In Portugal Restaurado*, Parte II, livro II, pág. 85-86).

(2) Var.: «se reduzem este meu papel» (Ms. n.º 102); ou «se reduzirá este meu parecer» (Ms. n.º 230). As variantes aqui mencionadas são só as principais, como se fez com o documento atrás transcrito.

REVISTA DE GUIMARÃES

não sendo V. Mg.^e soldado, muitos mais homens seguirão a V. Mg.^e na Paz, e não é bem que quando o Reino tem o maior apêto, a menor parte se ocupe na Campanha seguindo a S. A. é a maior parte se divirta na Côrte seguindo a V. Mg.^e.

«El Rei de França que hoje reina, primeiro que seu Irmão o Duquê de Anjou, se mostrou armado na campanha. Demais que para a guerra que V. Mg.^e tem, não basta que se faça só um Príncipe soldado, para tamanha guerra era necessario (se os houvera) que muitos Príncipes se fizessem soldados. Senão veja-se o exemplo de Carlos esse infeliz Rei de Inglaterra que tanto que tomou as armas contra o Parlamento, não só empregou nelas o Príncipe de Gales seu filho, sendo de bem pouca idade, mas também a seus sobrinhos os Príncipes Palatinos. E não tem duvida que se os mais filhos que tinha tiveram então já idade para o exercicio das Armas que também os havia de empregar nelas; porque bem sabia que a todos havia mister soldados para a guerra que tinha. Os gloriosos antecessores de V. Mg.^e lhe serão melhor exemplo, pois nenhum teve guerras, que não trouxesse nelas seus filhos, irmãos e parentes.

«Senhor necessita o Reino de remedio pois porque mais ha de acudir a dar-lho S.A. que V.Mg.^e? Acuda V.Mg.^e e acuda S.A. não se divida a Corte em duas partes, haja uma só Côrte na guerra: não sejam uns soldados e outros cortezãos: tratem todos das Armas, pois só com elas se hão de defender todos. Dirão que empenhar tudo é arriscar muito; já hoje sem arriscar tudo não se pôde segurar nada. O risco não se faz maior assistindo V.Mg.^e nos exercitos; antes assistindo V.Mg.^e nos exercitos se fará a guerra com mais atenção. Demais que tanto se ha V.Mg.^e de perder tendo uma Rota (o que Deus não permita) estando em Lisboa como estando na Campanha, e melhor se saberá refazer dela andando na Campanha do que estando em Lisboa.

«Tambem não seja razão que o poder não é suficiente para o Real empenho; porque se V.Mg.^e não tiver poder para sustentar o Reino; o Reino não ha de ter poder para sustentar a V.Mg.^e. Todos os Senhores Reis de Portugal que tiveram guerras, pessoalmente assistiram nelas, e nunca tiveram maior poder do que V.Mg.^e tem. Os Portugueses não se contam pelo numero, contam-se pelo valor: com exercito de 12:000 homens saiu o Vandôma a fazer-se Rei de França pelo menos não tinha mais na batalha de Ivry (1) a qual vitória lhe assegurou a corôa. Pois porque não ha V.Mg.^e de sair a sustentar-se Rei de Portugal com tamanhos ou maiores exercitos. Sáia pois V.Mg.^e que se o Príncipe que tem guerra pelo direito de uma parte da corôa pode fazê-la por seus capitães, o Príncipe que tem guerra pelo direito de toda uma corôa ha de fazê-la por si proprio. Veja agora V.Mg.^e se tem guerra pelo direito de uma parte ou pelo direito de toda.

«Portugal ha de estabelecer-se pelo meio das Armas razão será logo que pois V.Mg.^e o ha de governar exercite os meios por onde o ha de estabelecer; empenhe-se pois toda a autoridade Real na pessoa de V.Mg.^e mas não como fez o Príncipe que Deus tem que saiu e voltou logo. Eu não aconselho a V.Mg.^e uma saída, senão uma

(1) Var.: «Jurim» (Ms. n.º 602).

OS COMANDOS NA RESTAURAÇÃO

assistencia; não de longe dando calor aos exercitos, senão de perto dando valor aos soldados. Essas soberanias deixe V. Mg.^e a Castela, que com ser Monarquia tão grande bem tem sentido seus ruins efeitos. Conheça V. Mg.^e seus vassallos na campanha, como Gustavo Adolfo ⁽¹⁾; não os conheça só na Corte como Felipe 4.^o, e logo se verá neles a diferença que julgou incontrastavel (culdo que a Excelente Senhora) dizendo que os Castelhanos eram vassallos e os Portugueses eram filhos.

«Porem vamos ao 2.^o ponto; diz o Conde que não convem Cabos Extran-geiros e não dá para isso mais que uma razão, sendo que pudera dar mais: talvez é maxima dos juizos grandes não dizerem tudo; mas eu como não posso ter tais privi-legios, não hei de calar nada. E' a razão do Conde que não é credito de V.Mg.^e mostrar que não tem vassallos com que se assegure, quando tem muitos com que se perpetue. Que tenha V.Mg.^e vassallos para o governo das Armas, os sucessos destas Campanhas o contradizem, que foram os que se sabem pela má disposição de quem governava ⁽²⁾ sendo que todos concorreram nestas ocasiões. Dirá o Conde que o ano passado quando ele chegou e mais o de Castelo Melhor que já Olivença estava entregue. Assim foi, mas se chegaram tarde para o remedio de Olivença, haviam chegado cedo para o remedio de Mourão. Mas já que diz o Conde que tem V.Mg.^e vassallos a cuja experiencia militar póde fiar a sua perpetuidade, mostre um que tenha governado exercitos, dado batalhas, expugnado praças; e em fim que haja adquirido nome com facções militares. Nenhum mostrará o Conde, porque o mais que póde mostrar são alguns homens que ouviram ⁽³⁾ como soldados, mas nenhum que obrasse como general, e ha grande diferença de uma cousa á outra.

«Senhor, aí não houve mais que um Salomão com ciencia infusa, com ela soube tudo sem experiencia, os mais homens sem experiencia, nunca souberam nada. A guerra [que] até agora houve em Portugal ⁽⁴⁾ não se illustrou de grandes aconteci-mentos, em pilhagens consistiram todas as facções com que os Portugueses faltos de experiencias militares, acham-se hoje melhores ⁽⁵⁾ pilhantes que grandes soldados, logrando-se a seus inimigos a politica de os ter bisonhos com os ter ociosos. Daqui por deante com a diferença da guerra será o contrario principalmente se V.Mg.^e se resolver a capitanear seus exercitos com que Portugal em poucos anos se fará Escola Militar tão famosa que poderá dar então aos estrangeiros os Cabos que eles lhes podem dar agora.

«Que não seja credito de V. Mg.^e mostrar ⁽⁶⁾ que tem falta deles. Não sei como diz tal o Conde quando não póde ignorar os muitos exemplos que ha de Prin-cipes que confessaram esta falta, servindo-se deles: apontemos os mais ajustados.

(1) «Delfo» no Ms. n.º 230; e «Dolfo» no Ms. n.º 102.

(2) Var.: «de quem os governa» (No Ms. n.º 230).

(3) Sentido confuso. No Ms. 102 vem: «... que o viram como soldados...»; e no n.º 230: «... que o viam como soldados...»

(4) Var.: «A guerra, até agora, não se illustrou...» (Nos Mss. n.ºs 102 e 230).

(5) «Maiores» no Ms. n.º 602.

(6) Var.: «que não seja credito mostrar V.Mg.^e que...» (Nos Mss. n.º 102 e 602).

REVISTA DE GUIMARÃES

*Felipe 2.^o pediu com encarecimento ao Duque de Florença Baptista Pinatelli ⁽¹⁾ para Mestre de Campo General em Flandres, onde o foi em tempo do Duque de Alva e do Comendador Mór. Luis 13.^o de França se valeu de Cabos estrangeiros e foi seu Tenente General em Alemanha Guilherme ⁽²⁾ Lansgrave de Hessen ⁽³⁾; Bernardo de Veimar ⁽⁴⁾ também foi seu General em Alsacia ⁽⁵⁾ e Borgonha. Urbano 8.^o contra os Principes coligados chamou Monsiur de Valense ⁽⁶⁾ e D. Vivacio dela Marra ⁽⁷⁾ aquele Francês, este Napolitano. Também os Venezlanos chamáram Monsiur de la Valeta ⁽⁸⁾ e Hasil de Hes Alemão ⁽⁹⁾. Mas que serão tantos exemplos havendo tantos que alegar; só os que ocorrem será infinito processo ⁽¹⁰⁾. E que maior credito que trazer um Principe a seu soldo os famosos cabos de outras Nações? Não só entendo que será grande credito a V. Mg.^e senão meio de soldar a quebra da reputação perdida, porque se mostra ao Mundo que não por falta de valor, senão de Cabos, se malogrou o intento de levar Badajoz e de socorrer Olivença. E vendo as Nações que V. Mg.^e intenta remediar esta falta, entenderão que se aparelha para grandes facções (couça que já muito duvidam) e que tem exercitos, pois busca Generais.

*Mas responder-me-hão que em estando em Portugal logo se desenganarão desta presunção vendo o limitado poder de V.Mg.^e. Ele é preciso que para a offensiva ou defensiva guerra ⁽¹⁰⁾ faça V. Mg.^e exercitos, e fazendo-os, não são eles tão desprezíveis que não dissésse Monsiur de la Lande ⁽¹¹⁾ por este que foi a Badajoz: Que nunca vira de uma Nação tão poderoso exercito, o valor e o numero lhe concedeu admirado, só a experiencia dos Cabos acusou ⁽¹²⁾ sempre; o mesmo poderão dizer pelo que foi ao socorro ⁽¹³⁾ de Olivença; e quasi também o mesmo pelo que recuperou Mourão.

*Tambem se dificultará que os Portugueses mal obedientes aos naturais não obedecerão aos Extrangeiros. Assistindo V.Mg.^e nos exercitos (que só então sou deste voto) serão as suas disposições obedecidas como ordens de V.Mg.^e. De mais que não é razão que os Portugueses se assombrem de ver que dois estrangeiros lhe

(1) Var.: «Chapim Vitelli» (No Ms. n.º 102).

(2) «Guilhelmo» nos Mss. n.º 102 e 602.

(3) «Lansgravedesem» no Ms. n.º 102; «Dans gravedecen» no n.º 230; e «camgrave de Hessen» n.º 602. Trata-se do «Land'gräf» de Hessen, certamente.

(4) «Roaymar» no Ms. n.º 230 e «Waymar» no n.º 102.

(5) «Alcazia» no Ms. n.º 230.

(6) «Monsiur de Valença» no Ms. n.º 102 e «Monsiur de Valente» no n.º 230.

(7) «Monsiur de Laveta» no Ms. n.º 230.

(8) «Hazel da Ais...» no Ms. n.º 230; e «Gil de Hens» no n.º 602.

(9) Var.: «...será processo em infinito». (No Ms. n.º 602).

(10) No Ms. n.º 602 a palavra guerra está suprimida; no Ms. 102 a frase está reduzida a «...para a offensiva faça V.Mg.^e...».

(11) Var.: «Monsiur de Sande» (Nos Mss. n.º 102 e 230).

(12) Var.: «avizou» (No Ms. n.º 102).

(13) Var.: «...que foi a Olivença...» (No Ms. n.º 102); e «...que foi o socorro de Olivença...» (No Ms. n.º 230).

OS COMANDOS NA RESTAURAÇÃO

ocupem na sua terra dois postos quando eles nas outras terras sempre ocuparam tantos e dois homens não hão de ocupar mais que dois lugares, e isso não ha de ser sempre, os soldos que hão de tirar também se fará dificuldade, nunca pode ser despesa exorbitante, o gasto de um ou dois soldos por avantajados que sejam, e o Reino não se casa com eles; se os achar uteis, o maior gasto será o maior proveito, e se os não achar uteis, com a facilidade com que os chamou, com a mesma os pode despedir. Fiar tudo de estrangeiros também parecerá muito, não sendo ⁽¹⁾ eles tão arbitros que obrem sem dar razão; nem os Portugueses tão cegos que não vejam o que eles obram. E se são tão cegos, como querem logo governar? Mas ⁽²⁾ se damos os Cabos necessários, não ha de poder mais um temôr imaginado que uma necessidade evidente. Mas se V.Mg.^e se resolver a chama-los, advirta primeiro em o natural dos que lhe propozerem, que ElRei de Espanha chamando da Flandes a Piccolomini para a guerra da Catalunha achou que era muito arrojado e tornou a manda-lo; porque a guerra de Espanha quer capitão mais fleugmatico que arrojado e a da Flandes mais arrojado que fleugmatico.

«Mas (Senhor) tome V Mg.^e primeiro outro conselho e verá se lhe convem tomar este: mostre-se armado na Campanha a seus vassalos e a seus inimigos. Olhe para El Rei de França que vestindo as armas de poucos anos é hoje um dos grandes soldados da Europa: *La prezencia del turno apierta mucho* dizem os Castelhanos. Bem o experimentaram com ⁽³⁾ seu aplauzo, e bem deixaram de o experimentar com sua ruina. Enquanto os Reis de Espanha andaram na guerra ⁽⁴⁾ foi formidavel aquela Nação; tanto que deixaram de andar nela, não houve nação que se lhe não atrevesse. Veimar ⁽⁵⁾ fez obrar prodigios aos Suecos só com lhe lembrar o seu Rei porque dizendo-lhe na batalha de Tuzen ⁽⁶⁾ que quem amava as memorias de El Rei que o seguisse os inflamou de maneira que atacaram com tanto valor os ⁽⁷⁾ Imperiais que os romperam. Pois se os Suecos fizeram isto só com a memoria do seu Rei, entender-se-ha em dilatados desejos ⁽⁸⁾ que farão os Portugueses com a presença de V Mg.^e e V Mg.^e que fará vindo os obrar a eles? incender-se-ha com dilatados desejos de premiar seus merecimentos; de que resultará dar-se o premio ao valor e não se dará a valia com o que os soldados pelejaram satisfeitos, e os povos não contribuirão quelxosos, consequencias que sempre importaram Reinos. Seguem-se tantas de que V Mg.^e seja soldado que bem ⁽⁹⁾ se pôde dizer que os Conselheiros

(1) Var.: «serão» (Nos Mss. n.ºs 102 e 230).

(2) Var.: «E se damos os cabos...» (No Ms. n.º 230).

(3) Var.: «em seu aplauso...» (No Ms. n.º 602).

(4) No Ms. n.º 602, ha a variante: «... os Reis de Espanha nas guerras...»

(5) Var.: «Waymar» (Nos Mss. n.º 102 e 230).

(6) «Audzem» nos Mss. 102 e 230. Refere-se á batalha de Lutzen.

(7) Var.: «aos» (nos Mss. n.º 102 e 602).

(8) Nos Mss. n.º 230 e 602, suprimidas as palavras: «entender-se-ha em dilatados desejos».

(9) Var.: «que lhe se pôde dizer...» (no Ms. n.º 102); «que até se pôde dizer...» (no Ms. n.º 602).

de Guerra seguindo então a V Mg.^e serão também soldados, que de o não serem se tem ocasionado grandes danos se é que as queixas que se ouvem tem fundamento. Os grandes não temam que por V Mg.^e ser soldado deixarão eles de ser poderosos, porque antes ⁽¹⁾ o poderão ser muito mais, pois pelo caminho das Armas poderão chegar a maior grandeza: quem se soube fazer lugar com o juízo, saiba fazer-se lugar com o valor.

« Assim creio que o saberão fazer todos, mas não creio que todos queiram aprovar este conselho permita Deus que sempre seja o mais acertado o que eles derem a V.Mg.^e. » ⁽²⁾

Arredada a hipótese da autoria do P.^e Antonio Vieira que um coleccionador curioso e metódico aponta, embora sem submeter a suposição a uma simples verificação das datas dos sucessos indicados, fica de pé a dúvida. Uma das colectâneas diz simplesmente que foi « um fidalgo português » quem escreveu o *papel*; outro que foi « hum Francês », certamente confusão por vir « das partes de França »; mas quem quer que fosse, usava linguagem corrente e elegante, com todo o ressaibo da época, e manejava a ironia, por vezes mordaz, para responder aos assertos do opositor — e sabia empregar expressões que pela viveza e subtilezas, lembram logo, ao leitor desprevenido, a prosa inconfundível do grande pregador jesuíta ⁽³⁾. Era, evidentemente pessoa de categoria a que assim aconselhava, tão livremente e com tanto despreendimento. Quem fôsse, não o sei; não encontrei elementos que me habilitassem a identificá-lo; mas o certo é que, quer cá de dentro, às claras ou encoberto, quer das « partes de França » lançou o apêlo aos governantes para se evitar o novo desastre de Badajoz e se seguir política de guerra mais moderada, mas muito mais firme e decidida, elevando a autoridade real bastante decaída e pondo de lado preocupações e preconceitos nacionais para se chamar quem soubesse do ofício de comandar exércitos.

O conselho do Conde do Sabugal, lembrando o Infante D. Pedro generalíssimo, como panaceia para os males em que nos debatíamos, teve, porventura, como

⁽¹⁾ Var.: « então » (no Ms. n.º 230).

⁽²⁾ Termina aqui o papel nos Ms. n.ºs 102 e 602. No Ms. n.º 230, porém continua: « ... que o mesmo Senhor guarde com os maiores triunfos na guerra e com as maiores felicidades na paz que todo o seu vassalo deve desejar. P.^e Ant.^o Vieyra » — o que é, evidentemente, apenso posterior.

⁽³⁾ Por muito boa vontade que haja em querer que este *papel* seja do P.^e Antonio Vieira, não há modo de o conseguir. O *papel* é, evidentemente, dirigido a Afonso VI e, pelas referências a sucessos fáceis de verificar nesta época, a seguir à morte de D. João IV, se vê que o Pregador, então nas missões do Maranhão, não poderia ser o seu autor. O coleccionador deste códice foi certamente enganado pela prosa, aliás natural no tempo, que lembra com facilidade a de Vieira e juntou este parecer no volume encadernado em que reuniu grande número de obras, umas já publicadas, outras inéditas, como cartas, pareceres, reflexões, etc. etc. além de certa documentação relacionada.

OS COMANDOS NA RESTAURAÇÃO

resposta, o Decreto de 30 de Junho de 1657 ⁽¹⁾ em que D. Afonso VI, desejando ser companheiro de seus vassallos nos trabalhos da guerra e fazer o possível por os defender e por conservar o reino, se declarou nem mais nem menos «Capitão General do Exercito d'Alentejo» assistido, por assim dizer, por Joane Mendes, André de Albuquerque, D. Sancho Manuel, Afonso Furtado de Mendoça e Manuel de Melo — nomes todos diferentes, note-se, dos apontados acima. Assim o Rei afastaria de sua volta o seu irmão e partidários e por êle ou por sua mãe mostrou a decisão de se governar sem conselhos que não pedia.

E assim o tempo foi passando entre dúvidas e incertezas; Olivença perdeu-se; Mourão foi tomada e recuperada com desprestígio para nós; e Badajoz marcou em 1657 mais um desastre que provou a nossa incapacidade para empresas de carácter ofensivo, como, ano depois, havia de provar novamente com mais estrondo. A arremetida de D. Afonso VI para, no Alentejo, fazer o possível para conservar o seu Reino e defender assim a vida de seus vassallos, ficara nas palavras apenas do decreto, excitando, certamente, em toda a parte, os comentários maliciosos e deprimentes que já andavam à volta da incapacidade do monarca.

Por isso o *papel* vindo «das partes de França» dizia com bastante clareza que a assistência real aos exércitos não devia ser de longe, mas de perto «dando valor aos soldados...»; que o conhecimento dos vassallos não devia ser feito na Corte, em boa paz, senão na campanha, como o fazia Gustavo Adolfo.

¿Estaria o fidalgo conselheiro a lançar um apêlo com fervor sincero, convencido ingenuamente de que o pobre rapaz alguma coisa faria nesse sentido, ou jogava uma ironia cruel ao tarado real?

E depois, como cá dentro não havia harmonia entre os chefes e as camadas dirigentes rivalizavam entre si na tendência para o predomínio, veio o natural cansaço e o ambiente preparou-se não só para a intervenção de estranhos, como para o sempre consequente e natural aparecimento de mão férrea que mandasse sem limitações.

Só o sábio rei Salomão possuía a ciência infusa; só êle não necessitava de experiência para as suas sublis resoluções — diz o autor anónimo do *papel*; os homens vulgares sem a base experimental nada souberam e, por consequência, para o País se salvar, teria de recorrer a quem a possuísse. Assim se iria «soldar a quebra da reputação perdida» e (continua com argumentos um tanto ou quanto confusos) se mostraria ao Mundo que Portugal «se aparelha para grandes facções (coisa de que já muitos duvidam) e que tem exercitos pois buscam Generais». E isto é tão bem ponderado que não deveria dar motivo para emulações com gente de nação estranha, pois os Portuguezes bem sabiam ver o seu procedimento e compreender como os outros mandavam.

Enfim, embora com razões bem difusas, o autor põe a nu o momento crítico

(1) Arquivo Nac. da Torre do Tombo: *Conselho de Guerra: Decretos de Junho de 1657*, maço n.º 16, doc. 55. Vem transcrito em Cristóvão Aires: *História do Exercito Português. Provas*, vol. IV, pag. 150-151.

REVISTA DE GUIMARÃES

que se atravessava; o caufério é aplicado sem piedade e com redundância de exemplos, para estimular (se estimulasse) o cérebro estreito do destinatário.

Mas de nada serviu o conselho; os sucessos subsequentes quasi mostram que se lhes poderia aplicar o conceito fatalista da História (aliás fora de causa): os fados cumpriram-se.

Surgiu, na pessoa de Castelo Melhor, a força organizadora necessária para o momento; e de fora veio um homem útil, se não completamente, ao menos, como aconselhava D. Francisco Manuel, capaz de não aplicar as ideias estrangeiras sem reflexão e de procurar melhorar, racionalmente, «os antigos costumes» ⁽¹⁾.

E assim se conseguiu a vitória «com acerto» conforme vaticinava D. João da Costa; e se não se chegou ao ponto de se criar, em Portugal, uma «Escola militar» ⁽²⁾, nem por isso as armas portuguesas desmereceram, pela direcção superior e pelo valor nos combates, a benévola justiça da História.



(1) *Táctico Português*, livro 6.º, cit.º

(2) O segundo *papel* assim o diz e, depois, o Conde da Ericeira o repetiu (*Portugal Restaurado*, Parte II, livro II, pág. 35).